



# Prefeitura do Município de Londrina

## Estado do Paraná

### SMRH-COORDENADORIA DE POLÍTICAS DE PESSOAL

#### CONVÊNIO DE ESTÁGIO

Nº 7/2023

**CONVÊNIO QUE CELEBRAM, ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE LONDRINA E A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, visando o desenvolvimento de estágio curricular obrigatório, aos alunos da referida instituição junto a esta municipalidade.**

Pelo presente instrumento de Convênio de Estágio nº. 07/2023, de um lado o **MUNICÍPIO DE LONDRINA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.771.477/0001-70, neste ato representado por seu Prefeito **MARCELO BELINATI MARTINS**, brasileiro, casado, médico e advogado, inscrito no CPF nº. 871.203.139-91, portador do R.G. nº. 1.441.316-2 SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, e pela sua Secretária Municipal de Recursos Humanos, **JULLIANA FAGGION BELLUSCI**, portadora do RG nº. 721.391-51 e CPF nº. 026.867.179-63, doravante neste ato denominado **MUNICÍPIO**, e de outro lado a **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº. 05.149.726/0001-04, com sede na **Quadra 109 Norte, Av NS 15, Alcino 14, S/N, Bairro Plano Diretor Norte, Palmas – Estado de Tocantins**, neste ato representado pelo **REITOR, LUIS EDUARDO BOVOLATO**, portador do RG nº. 17050399 – SSP/SP e CPF nº. 513.684.981-91, doravante denominado **CONVENIADA**, firmam o presente convênio, regido pela Lei Federal nº. 11.788/2008 e Decreto Municipal nº. 1285, em seu artigo 3º, de 20 de dezembro de 2010 e pelas seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente convênio tem por objetivo propiciar a oportunidade de estágio aos alunos de graduação do Curso de Licenciatura em Música, na modalidade EAD da CONVENIADA, apresentada no processo SEI 19.009.065870/2023-77, nas dependências da administração direta, autárquica e fundacional do MUNICÍPIO, visando o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho e promover a integração UNIVERSIDADE.

I – A aceitação de estagiários para o exercício das atividades de estágio não configurará, em qualquer hipótese, vínculo empregatício com o Município, que fica desobrigado do recolhimento de encargos sociais e trabalhistas, observando ao art. 3º da Lei Federal nº. 11.788/2008.

II – A CONVENIADA e o MUNICÍPIO elaborarão, sempre que se fizer necessário, plano de atividades a serem desenvolvidas pelos alunos em estágio.

III – Os locais, horários e número de alunos a realizarem o estágio serão definidos de comum acordo entre o MUNICÍPIO e a CONVENIADA, e a jornada do estágio será compatível com as atividades escolares, atendendo ao art. 10 da Lei Federal nº. 11.788/2008.

**Parágrafo Único** – Fazem parte integrante do presente Termo, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

I – Plano de Trabalho;

II – Decreto Municipal nº. 327/2009, artigo 1º, de 27 de abril de 2009, publicado no Jornal Oficial do Município nº. 1.087 de 30/04/2009;

III – Decreto Municipal nº. 1285/2010 de 20 de dezembro de 2010, publicado no Jornal Oficial do Município nº. 1.471 de 26/01/2011.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DA CONVENIADA**

I – Celebrar termo de compromisso com o aluno e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do aluno e ao horário e calendário, elaborando plano de atividades do estagiário a ser apresentado ao supervisor do estágio;

II – Encaminhar, anualmente, os projetos pedagógicos dos cursos abrangidos para o desempenho de estágios;

III – Indicar professor orientador da área a ser desenvolvida no estágio como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estágio, visando atender às necessidades do estágio;

IV – Proceder a pré-seleção dos alunos em caso de estágio curricular obrigatório e encaminhar os alunos para pré-seleção, pelo MUNICÍPIO, no caso de estágio curricular não obrigatório;

V – Elaborar, conjuntamente com o MUNICÍPIO, o Plano de Estágio de cada aluno, prestando esclarecimentos sobre as atividades a serem desenvolvidas;

VI – Em conjunto com o MUNICÍPIO, atribuir ao estagiário tarefas compatíveis com a natureza de seu curso, de acordo com as atividades previstas no plano de estágio, bem como elaborar escala de atividades do aluno e controle de frequência, adequando-as ao processo de trabalho da unidade de serviço;

VII – Dar orientações adequadas, visando atender às necessidades do estágio e do estagiário, da equipe de trabalho e dos usuários do serviço. As atividades desenvolvidas pelo estagiário, no campo de estágio designado pelo MUNICÍPIO, constantes no plano de estágio, serão de responsabilidade do professor orientador indicado pela CONVENIADA e supervisionadas pelo servidor municipal designado, quando tratar-se de estágio curricular obrigatório. Para o estágio curricular não obrigatório a supervisão se dará por servidor municipal, tanto em supervisão direta como indireta, e a orientação pelo professor orientador indicado pela CONVENIADA, conforme determinado no Termo de Compromisso.

VIII – Comunicar à unidade concedente, por escrito, qualquer ocorrência que implique o desligamento do estagiário;

IX – Exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 06 (seis) meses, do relatório de atividades;

X – Elaborar instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

XI – Avaliar no início de cada período letivo as instalações da concedente;

XII – Zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso de Estágio;

XIII – Apresentar a apólice do seguro, mencionada no inciso VII da Cláusula Terceira deste termo, no momento em que forem encaminhadas as listagens nominais dos estagiários da modalidade de estágio curricular obrigatório.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO**

I – Oferecer as condições físicas necessárias para o desenvolvimento do estágio;

II – Aceitar em suas dependências o professor orientador (docente designado pela CONVENIADA para trabalhos de supervisão, avaliação do estágio e outros que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do objeto deste convênio);

III – Indicar servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV – Comunicar a CONVENIADA, por meio do professor orientador, qualquer irregularidade na realização do estágio;

V – Em conjunto com a CONVENIADA, atribuir ao estagiário tarefas compatíveis com a natureza de seu curso, de acordo com as atividades previstas no plano de estágio, bem como elaborar escala de atividades do aluno e controle de frequência, adequando-as ao processo de trabalho da unidade de serviço;

VI – Celebrar Termo de Compromisso, que será preenchido e assinado em 04 (quatro) vias, pelo Município, este representado pelo Diretor de Gestão de Pessoas bem como pelo Titular da Pasta do local onde o estágio será realizado, pela Instituição de Ensino e pelo aluno, zelando por seu cumprimento, antes do início do período de estágio;

VII – O MUNICÍPIO se responsabilizará pelo pagamento de seguro contra acidentes pessoais ao aluno em atividades de estágio junto ao MUNICÍPIO, quando do estágio curricular não obrigatório. Tal responsabilidade, entretanto, será da CONVENIADA, quando se tratar de estágio curricular obrigatório, conforme cláusula segunda, inciso XIII.

VIII – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

IX – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

X – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS ESTAGIÁRIOS**

I – Nos períodos de férias escolares, exercerão as atividades de estágio os alunos que estiverem desenvolvendo estágio curricular não obrigatório. A jornada de estágio será estabelecida em comum acordo entre o MUNICÍPIO e a CONVENIADA, observado o contido no art. 10 da Lei 11.788/2008.

II – É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração de 01 (um) ano, 30 (trinta) dias de recesso remunerado, a ser usufruído preferencialmente nos períodos que compreendem as férias acadêmicas, observando-se a proporcionalidade conforme contido no art. 15 do Decreto Municipal 1285/2010.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

I – Os alunos e docentes da CONVENIADA, quando de sua permanência nas dependências da Prefeitura Municipal e demais órgãos/entes municipais ficarão sujeitos às normas internas do MUNICÍPIO;

II – Fica estabelecido que o comportamento inadequado por parte dos alunos e docentes da CONVENIADA ensejará o imediato afastamento das atividades de estágio realizado nos órgãos públicos da administração direta, autárquica e fundacional do Município, seguindo-se de avaliação conjunta de eventuais fatos em que estejam envolvidos, a ser realizada pela Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria de Recursos Humanos do MUNICÍPIO e pela CONVENIADA, quando o estagiário estiver realizando atividades na administração direta e pelos respectivos órgãos responsáveis das autarquias e fundação e pela CONVENIADA, quando tratar-se de estagiários dessas unidades;

III – O MUNICÍPIO fica desobrigado do pagamento de qualquer importância financeira à CONVENIADA e aos seus alunos, a qualquer título, bem como despesas inerentes ao processo de ensino-

aprendizagem, originado deste convênio, com exceção do disposto no art. 10 do Decreto Municipal 1285, de 20 de dezembro de 2010.

IV – Sempre que necessário, serão promovidas reuniões entre os partícipes conveniados para:

- a) Definir e estabelecer a manutenção do sistema de integração entre os partícipes;
- b) Realizar avaliação geral do campo de estágio;
- c) Dirimir dúvidas e dificuldades quanto ao bom andamento do estágio supervisionado;
- d) Tratar de outras matérias não especificadas no presente convênio, desde que relacionadas ao objeto descrito na cláusula primeira.

**Parágrafo Único** - As reuniões a que se refere esta cláusula poderão ser convocadas por quaisquer dos partícipes conveniados com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, designando-se local, data e horário, devendo ocorrer necessariamente no Município de Londrina – Paraná.

## **CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA DO TERMO DE CONVÊNIO**

O presente convênio tem prazo de vigência de 30 (trinta) meses, contados a partir da data da última assinatura no termo, podendo ser prorrogado mediante vontade expressa dos partícipes, não podendo ultrapassar o limite de 60 (sessenta) meses, após a deliberação da Secretaria Municipal de Recursos Humanos por meio de Termo Aditivo.

I – A duração do estágio na administração direta, autárquica e fundacional do Município não poderá exceder 02 (dois) anos, improrrogáveis, contados cumulativamente se realizados perante órgãos ou entidades diversas, independente do número de Termos de Compromissos celebrados, salvo nos casos de ingresso em curso diverso ao desenvolvido nesses termos.

II – O estágio firmado com portador de deficiência, não se submete ao limite máximo temporal, qual seja de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado até a conclusão do curso, vide art.11 da lei Federal 11.788/08.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES E DENÚNCIAS**

I – O presente termo poderá ser alterado ou modificado a qualquer momento, mediante Termo Aditivo, desde que as referidas alterações tenham por fim atender a finalidade institucional.

II – O presente termo poderá ser denunciado ou rescindido por qualquer dos partícipes, nos casos de descumprimento de qualquer disposição deste termo ou por razão de interesse público, desde que precedida de comunicação formal da parte interessada, em prazo nunca inferior a 60 (sessenta) dias.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO FORO**

As questões oriundas deste instrumento serão resolvidas de comum acordo entre os partícipes, observadas as normas de direito público, ficando eleito o Foro de Londrina, Estado do Paraná.

E por estarem de acordo, firmam o presente instrumento eletronicamente, para que se produzam os efeitos de fato e de direito.

**Conforme minuta aprovada pela Procuradoria Geral do Município, no Processo SEI nº 19.009.061939/2020-41, Parecer Jurídico nº 558/2020.**



Documento assinado eletronicamente por **Luis Eduardo Bovolato, Usuário Externo**, em 06/06/2023, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



Documento assinado eletronicamente por **Julliana Faggion Bellusci, Secretário(a) Municipal de Recursos Humanos**, em 15/06/2023, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município**, em 19/06/2023, às 20:00, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **10296440** e o código CRC **E366366B**.

AVENIDA DUQUE DE CAXIAS, 635 - CENTRO CÍVICO - BAIRRO PETRÓPOLIS - CEP: 86015-901 - FONE (43) 3372-4305- LONDRINA - PR -BRASIL

Referência: Processo nº 19.009.065870/2023-77

SEI nº 10296440

|         |            |                                       |  |           |                            |  |           |                                       |
|---------|------------|---------------------------------------|--|-----------|----------------------------|--|-----------|---------------------------------------|
|         |            |                                       |  |           |                            | Art. 5º, VIII – Dec. 541/2020  | 1.000,00  | 300,00<br>Vencimento:<br>08/09/2023   |
| 72017-E | 03/09/2020 | 698/2021<br>(Impugnação – Indeferido) | R. C. de Oliveira – Bar e Merceria     | 261.083-3 | CNPJ<br>34.XXX.019/0001-XX | Art. 6º, I e VII; e art. 2º, X – ambos do Dec. nº 834/2020 c/c art. 1º – Dec. 869/2020 | 10.000,00 | 3.000,00<br>Vencimento:<br>01/09/2023 |
| 73058-E | 08/09/2020 | 399/2021<br>(Impugnação – Indeferido) | Mega Empreendimentos Imobiliários Ltda | 249.189-3 | CNPJ<br>08.XXX.998/0001-XX | Art. 3º, I, c/c art. 13 – Dec. nº 834/2020   | 15.420,00 | 3.891,88<br>Vencimento:<br>24/08/2023 |

Os processos administrativos encontram-se disponíveis na Gerência de Contencioso da Fiscalização/DFAE.

Os lançamentos das referidas multas foram realizados nos termos da Instrução Normativa SMF-GAB nº 02, de 27/06/2022 – Jornal Oficial nº 4948, de 04/07/2023.

Os respectivos boletos para pagamento poderão ser obtidos das seguintes formas:

- pelo link: <https://www2.londrina.pr.gov.br/sistemas/parcelamento/entrada.php?modo=mob>;
- no site: [portal.londrina.pr.gov.br](http://portal.londrina.pr.gov.br) -> parcelamento on-line -> Consultar dívidas de ISS -> inserir CMC e CNPJ;
- por solicitação via e-mail no endereço: [atendimento.fazenda@londrina.pr.gov.br](mailto:atendimento.fazenda@londrina.pr.gov.br); ou
- na Praça de Atendimento da Secretaria de Fazenda, no prédio da Prefeitura – Av. Duque de Caxias, 635 – térreo, mediante prévio agendamento por meio do telefone 3372-4424 ou pelo link: <https://www2.londrina.pr.gov.br/sistemas/agendamento/?idLocal=2>.

Londrina, 09 de agosto de 2023. João Carlos Barbosa Perez, Secretário Municipal de Fazenda, Lilian Lucy dos Santos, Diretora de Fiscalização de Atividades Econômicas, Nelson Sanches, Gerente de Contencioso da Fiscalização

### EDITAL Nº 20/2023 – SMF - DECISÃO RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO – ENDEREÇOS NÃO ENCONTRADOS

Faço público, para conhecimento dos interessados, a divulgação da decisão de Recurso de Reconsideração INDEFERIDOS com a baixa de suspensão da multa pecuniária, conforme dispõe o artigo 393 da Lei nº 11.468/2011, Código de Posturas do Município de Londrina:

A relação das processos, que retornaram dos Correios, sem o recebimento pelo requerente, com NOME DO CONTRIBUINTE, CMC, CNPJ, NÚMERO REQUERIMENTO, abaixo discriminadas:

| Nome do Contribuinte                          | CMC      | CNPJ               | Número do requerimento |
|---|----------|--------------------|------------------------|
| Terezinha de Fátima Garcia Auto Peças Ltda    | 65420-5  | 81.075.822/0001-33 | 19.006.086324/2022-19  |
| Katia Regina da Silva Garcia                  | 229891-0 | 26.636.402/0001-70 | 21/2021                |
| Antonio B. Maximiano Manutenções Agrícolas-ME | 217066-3 | 22.939.372/0001-10 | 91051/2017             |
| Aires Tur Turismo Eireli-ME                   | 165195-1 | 04.762.291/0001-06 | 99114/2018             |
| M. Ubagay Lanchonete                          | 242702-8 | 30.399.390/0001-85 | 81806/2018             |

Em face do disposto neste edital, ficam os senhores Contribuintes formalmente cientes a respeito do **indeferimento** dos processos bem como da baixa da suspensão de multa pecuniária, nos termos do inciso IV do Art.40. da Lei nº 7.303 de 30 de dezembro de 1.997, Código Tributário do Município de Londrina.

Londrina, 10 de agosto de 2023. João Carlos Barbosa Perez, Secretário(a) Municipal de Fazenda, Lilian Lucy dos Santos, Diretor(a) de Fiscalização das Atividades Econômicas

## EXTRATOS

**CONVENIADA:** Fundação Universidade Federal do Tocantins

**REPRESENTANTE:** Luis Eduardo Bovolato

**CNPJ:** 05.149.726/0001-04

**OBJETO:** Formalização de Termo de Convênio entre o Município de Londrina e a Fundação Universidade Federal do Tocantins a fim de propiciar a oportunidade de estágio aos alunos de Licenciatura em Música, na modalidade EAD, nas dependências da administração direta, autárquica e fundacional do Município.

**PROCESSO SEI Nº:** 19.009.065870/2023-77

**DATA DE ASSINATURA:** 19/06/2023

O convênio estará, na íntegra, disponível no site do Município de Londrina.

**VIGÉSIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº SMGP-0061/2021**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº PAL/SMGP-0063/2021**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PGE/SMGP-0049/2021**

**CONTRATADA: R E B FIRMINO TRANSPORTES EIRELI**

**REPRESENTANTE:** Rosangela Eva Barbosa Firmino

**SÓCIO(S):** Rosangela Eva Barbosa Firmino

**CNPJ:** 34.842.639/0001-36

**OBJETO DO CONTRATO:** Contratação de empresa para Prestação de Serviços de **Transporte Escolar Rural e Urbano para o Município de Londrina, específico para o Patrimônio Três Bocas**, com base em itinerários, especificações e quantidades fornecidas.

**OBJETO DO ADITIVO:** É objeto do presente aditamento a prorrogação de prazo de execução do contrato por 12 (doze) meses, a partir de 30/06/2023, passando a vencer em 30/06/2024, conforme o previsto pela CLÁUSULA QUINTA, §03º, do Contrato e Art. 57, inciso II, da Lei 8666/1993.

**Parágrafo único:** Ficam convalidados os atos praticados desde 30/06/2023 até a data de assinatura do presente Termo Aditivo, conforme Termo de Convalidação de Atos (10505675).

**PROCESSO SEI Nº:** Gestão Contratual 19.008.079569/2021-99; Aditivo 19.008.024234/2023-03.

**DATA DE ASSINATURA:** 09/08/2023

O Aditivo estará, na íntegra, disponível no site do Município de Londrina.